

CAPÍTULO 3

Estratégia de investigação e casos em estudo: uma composição inacabada em vários andamentos

Primeiro andamento: a metodologia de estudo de casos e o plano de observação da realidade concelhia e metropolitana

A investigação sociológica faz-se com coordenadas teóricas que, enquanto parâmetros de leitura do real social, apenas adquirem visibilidade quando formatadas segundo uma dada quadratura metodológica. Quadratura esta que, no desenho das linhas e vértices, mais não pode traduzir do que uma circularidade permanente e flexível nos pontos de referência das suas fronteiras. O olhar científico é uma tentativa possível e precária de objectivar a multiplicidade de tonalidades que a realidade social cria e distorce, para além do imediatamente visível e no fluir do quotidiano. O fenómeno social total de Marcel Mauss (1988) desafia-nos racionalmente; mas talvez se legitime mais como ponto de partida de um trabalho de abstracção do que como ponto de chegada da fragmentação analítica do objecto. Os discursos contemporâneos não fundamentam com a mesma legitimidade institucionalizada de décadas atrás, nos chamados esforços de síntese, as tradicionais dicotomias teórico-metodológicas que, desde os primórdios da sociologia e das ciências sociais, abriram caminho à aceitação científica do novo campo do conhecimento sobre o social¹. Mesmo que as dicotomias sejam integradas

¹ Decorrentes delas, formatou-se a história pluriparadigmática da sociologia, com traços científica e socialmente mais legitimados consoante as condições histórico-sociais e intelectuais do próprio campo científico (Kuhn, 2000; Bourdieu, 1989). Esquemáticamente, a sociologia foi atravessada por três modos paradigmáticos de conceber a apropriação cognitiva do real social, tanto nas dimensões substantivas e metodológicas, como nas implicações éticas e ideológicas daí decorrentes: a *sociologia dos factos sociais*, iniciadora de um percurso positivista, e marcada pelas regras durkheimianas de análise macro e quantitativa do facto social, da estrutura e das regularidades sociais, e das virtualidades do raciocínio da causalidade e das técnicas quantitativas (o inquérito por questionário e a análise estatística); a *sociologia do conflito social*, de linha marxiana, cruzando o nível macro-sociológico com a dimensão histórica, perspectivando a estrutura social como dinâmica e procurando desvendar o problema das desigualdades sociais e das relações de exploração pelas virtualidades das análises extensivas e das

nalgumas matrizes de síntese, tanto teóricas (Giddens, 1985; 1979; Bourdieu, 1979; 1972; Elias, 2004) como, necessariamente, metodológicas (Creswell, 1994; Ragin, 1994; Miles; Huberman, 1994; Bericat Alastuey, 1998), e sejam apanágio da investigação sociológica contemporânea, os esquemas de leitura do real social, e no nosso caso, do real metropolitano (AMP) e concelhio (os concelhos associados), traduzem, para todos os efeitos, um *olhar perspectivado dominante*². O trabalho científico constrói-se a partir da totalidade inicial dos objectivos e do esforço global da análise, numa tentativa constante de operacionalizar a máxima da *imaginação sociológica* (Mills, 1982). No entanto, tal só se torna possível porque se protagoniza o objecto teórico por um ponto de vista privilegiado. A ciência fragmenta os objectos para torná-los apropriáveis, e devolve-os nos contextos globais das dinâmicas que os suportam socialmente.

Na investigação que nos ocupa a coordenada fundamental de trabalho é a perspectiva teórico-metodológica sobre um *caso*, entendido como um potencial objecto empírico que, segundo dados pontos de análise, adquire o estatuto de objecto teórico. O *caso metodológico* – o espaço metropolitano da AMP - desdobra-se nalguns *casos em análise* – os concelhos associados da AMP. De alguma forma, e à luz do património sociológico sobre a metodologia qualitativa (Boutin; Goyette; Lessard-Hébert, 1994; Burgess, 1997; Denzin; Lincoln, 1998), assente no *método de estudo de casos* (Almeida; Pinto, 1995), desenvolvemos um percurso faseado, com aproximações sucessivas aos actores sociais em análise e aos contextos políticos e

análises intensivas; e a *sociologia da acção social*, de inspiração weberiana, atenta à acção social, aos seus significados subjectivos e aos processos de interacção, ao nível micro-sociológico da análise e às técnicas qualitativas como as entrevistas e a observação directa e participante (Ritzer, 2001; Silva, 1994). Qualquer um deles, e à luz das abordagens de síntese, passíveis de uma transversalidade operacional dos *campus* e dos códigos de leitura e das virtualidades interpretativas da relação recíproca entre teoria e empiria.

² Creswell sugere, num exercício antes de mais pedagógica e intelectualmente interessante, uma tipologia quanto aos modos de articular as estratégias metodológicas decorrentes das posições dicotómicas entre paradigmas clássicos na abordagem sociológica. Não só indicia critérios possíveis para a escolha de uma estratégia de investigação dominante na pesquisa observacional, como tipifica três modelos de pesquisa combinada: *two-phase design* (modelo das duas fases), *dominant-less dominant design* (modelo de pesquisa dominante) e *mixed methodology design* (modelo de pesquisa combinado) (Creswell, 1994).

culturais alvo³. Ponderámos, nalgumas fases concretas da investigação, os saltos e os avanços, os recuos e as reformulações, que o confronto entre as coordenadas teóricas e os dados empíricos nos exigiu. Numa linha de análise, que não deixa de ser herdeira da perspectiva racionalista dos modos de fazer sociologia (Silva; Pinto, 1997; Bourdieu; Passeron; Chamboredon, 1973; Bachelard, 1996), o estudo de caso que levámos avante não se fechou sobre o imperativo da função de comando da teoria, antes reponderou as virtualidades de uma teoria incorporada pela dimensão social dos dados empíricos (Costa, 1999). Assumimos, de igual forma, o questionamento constante da realidade em análise, com a convicção metodológica de que esta nos requestionou, num exercício de reciprocidade constante, nos parâmetros orientadores das primeiras fases e nos colocou, por via dos discursos dos actores sociais e das observações sistemáticas, perante possibilidades heurísticas tão legítimas quanto as iniciais. Ponderámos, com a mesma ordem de importância, o processo de negociação constante, feito de fluxos e refluxos e de compassos de espera, entre actores do conhecimento e actores políticos, o que, na multiplicidade dos papéis sociais assumidos, fez ver que, à sociologia enquanto prática social, são transversais os sentidos ideológicos vários (Nunes, 1984).

O objecto aqui em análise, a AMP, e voltando ao ponto de partida em questão, é um objecto susceptível de *olhares perspectivados*. Enquanto objecto real reconfigurou-se, com os seus municípios integrantes a espelharem, entre 1991 e

³ A proposta metodológica de Rangin (1994) quanto às principais estratégias de investigação sociológica tipifica, de igual modo, alguns dos parâmetros que tentámos operacionalizar na nossa pesquisa. Sugere-nos o autor, para além da *investigação quantitativa* (o estudo *extensivo*) e da *investigação comparativa* (o estudo *compreensivo*), a *investigação qualitativa* (o estudo *intensivo*), esquema que Firmino da Costa reconfigura terminologicamente como estratégias de investigação *extensivas-quantitativas*, *comparativas-tipológicas* e *intensivas-qualitativas* (Costa, 1999). O estudo intensivo, enquanto *modelo metodológico puro*, sem dúvida ambicioso nos objectivos e nas modalidades a que se propõe, foi a matriz metodológica que nos conduziu ao longo da pesquisa, ainda que conscientes dos limites do processo empírico previsto e, depois, efectivamente realizado, da nunca suficiente triangulação metodológica que accionámos ou dos limites da própria objectivação que, a dado momento, conseguimos fazer a propósito da AMP e das dinâmicas culturais e turísticas concelhias. Arriscamo-nos a partilhar aqui uma intenção inicial: a de arquitectar uma investigação *qualitativa* com componentes *comparativas e tipológicas* que, perante a disparidade das fontes documentais, quanto a critérios e categorias das tipologias e dos dados, a vastidão dos dados necessários, e as especificidades políticas e sociais dos contextos de pesquisa nas autarquias e nos tecidos sociais locais, apenas se consubstanciou enquanto tal nalgumas dimensões analíticas.

2005, as tendências sócio-demográficas mais globais e as políticas de ordenamento do território concelhio e metropolitano. Reconfigurou-se, da mesma forma, na delimitação jurídica, entre 1991 e 2004, ao integrar novos parâmetros de enquadramento legal e administrativo, e transformando a AMP na GAMP, Grande Área Metropolitana do Porto, inicialmente um reposicionamento terminológico, pois manteve os 9 concelhos que a definiam desde 1991; depois, um painel de municípios alargado, ao associar 5 novos concelhos⁴. Reconfigurámo-lo, a um nível teórico-metodológico, a partir do mapeamento social do objecto, cujo desenho socioeconómico e demográfico tipificou concelhos que, para além da contiguidade territorial, anteviam a integração metropolitana e a tentativa de construção de uma identidade supramunicipal, ainda que feita de equilíbrios instáveis quanto às opções, aos processos, aos recursos e aos resultados esperados e atingidos. Construámos um objecto que, no contexto analítico e metodológico, ora se antecipa à sua própria identidade jurídica e empírica ora, e quando facto social constituído, protagoniza um enfoque teórico sobre os municípios associados da primeira linha histórica metropolitana.

Na tentativa de arquitectar um retrato da AMP, quer numa análise intrametropolitana, salvaguardando a especificidade territorial e social dos municípios integrantes (também ela na origem da própria identidade supramunicipal), quer numa análise comparativa de dimensões estruturais com unidades territoriais mais vastas (Portugal e Região Norte), constrói-se um objecto sociológico que se reconfigura, ele próprio, a partir das virtualidades metodológicas que a análise diacrónica dos processos sociais nos permite. Adoptámos uma terminologia idêntica - AMP - mas que reporta, nalguns momentos da análise, a realidades jurídicas e empíricas diferentes, assumindo que a análise sociológica do objecto se sustenta no confluir do esforço analítico com a dinâmica do real social local, no campo de possíveis que a pertinência sociológica das regularidades e

⁴ No Capítulo 4 apresentamos o processo de constituição da AMP e da GAMP entre 1991 e 2005, dando conta de alguns aspectos jurídicos e territoriais do objecto empírico. Contextualizamos, de igual modo, um breve retrato sócio-demográfico do território metropolitano.

singularidades observadas nos concelhos nos permite descortinar. Nem sempre o objecto analítico se coaduna, por insuficiência e desequilíbrio dos dados disponíveis e organizados, com o olhar diacrónico de largo espectro a que nos propomos – 20 anos de poder local e de discursos e práticas políticas de gestão autárquica; de qualquer forma, a delimitação de um objecto teórico que remonta aos inícios do exercício autárquico parece-nos metodologicamente um desafio, mais do que possível, necessário. Por outro lado, e de modo a não tipificar realidades que definir-se-iam pelos seus contrários, e a tornar a análise mais consentânea com a diversidade social, adopta-se a mesma terminologia para designar momentos diferenciados de construção de um objecto que, antes de 1991, não existe como objecto jurídico mas que, do ponto de vista social e analítico, existe como AMP desde o pós 25 de Abril de 1974. Acabámos por *perspectivar* o objecto como a AMP entre 1976 e 1991, a AMP entre 1991 e 2004 e a AMP a partir de 2004, denominada GAMP, valorizada nas suas componentes concelhias iniciais (os 9 concelhos de partida), sem esquecermos, contudo, e sempre que pertinente, os seus novos municípios associados.

A estratégia de investigação accionada, mais flexível nos usos dos protocolos da pesquisa empírica propriamente dita, não deixa, porém, de equacionar-se como *investigação empírica teoricamente orientada* (Costa, 1999), atenta à definição operacional do objecto teórico e do objecto empírico, à construção faseada das dimensões de análise ou à concepção de instrumentos de recolha compatíveis com as suas virtualidades técnicas mas, simultaneamente, ajustados às exigências analíticas do objecto empírico e aos critérios de validade padronizados. Ocupou-nos, inevitavelmente, e entre muitas outras tarefas, o exercício de localização dos *casos em análise*, ponderando os limites empíricos de uma *amostra qualitativa*⁵, o

⁵ O problema da construção da amostra não se elimina de um *esquema analítico de caso*. Contrariamente aos critérios extensivos de delimitação das amostras, que por largos períodos de legitimação científica pautaram o universo da prática empírica sociológica, outros critérios podem ter lugar naquele âmbito: escolher contextos sociais relevantes para o problema da investigação e, dentro destes, os casos individuais significativos; atender ao equilíbrio entre a diversidade, a tipicidade e a variação; à representatividade dos casos (ou seja, fazendo uma selecção estratégica de acordo com a sua relevância sociológica e os avanços da pesquisa de terreno e a saturação ou redundância da informação entretanto

esforço de *triangulação das técnicas* escolhidas⁶ e os reajustamentos decorrentes dos processos de accionamento das técnicas e do campo de possíveis no olhar analítico sobre os dados obtidos.

Segundo andamento: os actores sociais, o posicionamento do investigador no terreno e os instrumentos de leitura dos contextos locais – as *entrevistas*

Foi nossa intenção analisar as políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP entre 1980 e 2001, enquadrando-as na(s) lógica mais global(ais) de desenvolvimento, quer do espaço local quer do metropolitano, que os actores políticos locais têm protagonizado neste período em particular. Mas, desde logo, nos apercebemos que os limites temporais desta proposta analítica seriam transpostos e desrespeitados, tanto pelas especificidades do objecto empírico e pelas possibilidades de construção de dados de leitura do objecto, como pelas circunstâncias do próprio trabalho de terreno e pelas coordenadas teóricas orientadoras. Digamos, em contrapartida, que o nosso ponto de partida reconfigurou-se antes de constituir-se como ponto de chegada previsto. Acabámos por accionar uma análise possível das políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP a partir do momento político em que se constituíram como tal nas câmaras em análise. E os anos 90 do século XX reposicionaram-se como cenário temporal por excelência para a tentativa de construção de uma leitura do objecto. Cruzemos

obtida); e à acessibilidade dos actores sociais (isto é, ponderando os recursos necessários e possíveis) (Valles, 1999). Na nossa pesquisa, e no caso dos actores entrevistados, a amostra que nos ocupou, e referimo-nos aqui a amostra no sentido em que isolámos actores sociais do nosso objecto empírico mais vasto, exigiu-nos alguns dos critérios acima referidos, fazendo-nos accionar uma amostra intencional (Burgess, 1997) a partir dos contactos com os informantes privilegiados, da consulta e análise de fontes documentais e das possibilidades que a própria pesquisa empírica nos oferecia ou limitava.

⁶ A triangulação, instrumento com a heurística suficiente para o protagonizar como uma das modalidades possíveis de convergência interparadigmática (Cea D’Ancona, 1999), assume diferentes formas que, na classificação de Denzin e Lincoln (1998), se traduzem na *triangulação metodológica* (que tentámos operacionalizar a partir dos usos das técnicas de entrevista, de observação e de análise documental); na *triangulação de dados* (que, com as devidas limitações interpretativas, tal cruzamento nos permitiu), na *triangulação de investigadores* (uma aspiração a integrar noutros contextos de pesquisa em torno do mesmo referente empírico); e na *triangulação de teorias* (visível, parece-nos, no enquadramento teórico em torno da construção do objecto de pesquisa e das coordenadas analíticas fundamentais).

as principais dimensões que norteiam o trabalho, contextualizando-as nos objectivos teóricos, nas principais questões orientadoras e nas opções metodológicas, e constatamos que delimitar e localizar os actores sociais que poderiam constituir a população-alvo, e estabelecer os contactos formais e informais necessários à marcação e realização das entrevistas, tornaram-se desde cedo prioridades metodológicas. Como tal, exigiram-nos tempo e abordagens sequenciadas.

Ao longo da investigação, os tempos sociais do exercício das funções políticas dos actores escolhidos suplantaram, e nalguns casos já como obstáculos, os tempos da própria análise. O posicionamento do investigador no terreno foi visível e assumido na sua especificidade negocial com o poder político e com os demais actores do tecido social local. Escamoteou-se, sempre que possível, a violência simbólica do capital escolar e das pertenças académicas do actor investigador (Bourdieu, 1989), procurando descentrá-las e diluí-las nas representações dos actores entrevistados. Estes últimos, num misto de proximidade e de distanciamento, geriam, em função de tais representações, as ressonâncias dos discursos partilhados com o investigador sempre que o campo político era alvo de uma tentativa de objectivação⁷. A abordagem ao terreno não foi a de um principiante nas lides analíticas e nas interlocuções com os actores temporariamente situados “do lado de lá” do tabuleiro social. No entanto, e sem falsas ou fidedignas modéstias, a presença no terreno revelou-se, como todas as outras que temos tido oportunidade de protagonizar, com uma dupla face: um desafio e uma experiência de *aprendiz de sociologia* pelos contextos locais em análise e pelas especificidades de diversa ordem que uma nova investigação sempre propõe; mas também, e na reciprocidade destes processos, uma experiência de aprendizagem consubstanciada em aprendizagens experienciadas anteriormente e, desse ponto de vista, facilitadoras

⁷ O apoio financeiro e o enquadramento institucional que a investigação teve por via da FCT constituíram, nalguns casos, e para os actores autárquicos, um factor de legitimação científica e ideológica do projecto e, como tal, viabilizador da pesquisa empírica propriamente dita. Noutros contextos autárquicos, e no reverso da representação ideológica dominante sobre um exercício político de avaliação externa, foram, nalguns momentos, um factor constrangedor.

e gerenciadoras do próprio processo da prática da investigação. A familiaridade do investigador com alguns dos contextos sociais em presença, e com parâmetros analíticos similares, remontava a contextos de investigação anteriores (Azevedo, 1997; 1992; Fernandes [et al.], 1998; Esteves; Azevedo, 2002). Tal não invalidou, pelo contrário tornou necessário, e particularmente para contextos municipais, simbólica e empiricamente mais distantes, um trabalho exploratório que, numa primeira fase, se estendeu entre Janeiro de 2002 e Março de 2003⁸.

Na escolha dos actores sociais a serem entrevistados, pareceu-nos desde logo necessário assegurar a presença dos presidentes dos executivos camarários e dos vereadores responsáveis pelos pelouros da cultura, do turismo e do desporto do mandato político à data da pesquisa empírica (2001-2005). São os discursos dos actores políticos locais directamente responsáveis pela concepção e implementação das políticas culturais e turísticas concelhias o que nos interessa aqui reconstituir. O período temporal em causa estendia-se por 20 anos de poder autárquico, e de alguma forma justificava-se o confronto dos discursos e dos discursos sobre as práticas entre actores políticos de diferentes mandatos e períodos de exercício desse poder. Inicialmente, projectámos fazê-lo; contudo, algumas indisponibilidades (particularmente dos actores locais, de recursos e de tempo) levaram-nos a reposicionar esta dimensão. Na continuidade possível deste trabalho, seria uma variável analítica a explorar: o conhecer gerações de autarcas, com perspectivas sobre o desenvolvimento para os concelhos, não necessariamente coincidentes porque situadas em contextos económico-sociais específicos e em momentos históricos de afirmação do poder local, e com distanciamentos temporais e políticos suficientes para ponderar as práticas políticas locais nos campos da cultura e do turismo.

⁸ Veja-se a este propósito o Anexo 3A com o mapa de entrevistas exploratórias realizadas aos interlocutores privilegiados dos municípios da AMP entre 2002 e 2003. Refira-se que nalgumas autarquias a abordagem foi sequencial e relativamente rápida; noutras, mais lenta e mais dispersa nos tempos e espaços sociais da investigação, o que implicou que o posicionamento do investigador face ao objecto empírico se traduzisse em níveis de formalidade diferentes, que a pesquisa empírica se prolongasse no tempo para além do metodologicamente possível e desejável, e que a disparidade interna dos dados recolhidos, desde as primeiras fases, se evidenciasse.

Complementando-os, surgem outros actores do poder político que, pela especificidade das funções que desempenham e pela proximidade que mantêm com os órgãos e os principais actores do xadrez político, são também interlocutores privilegiados nesta pesquisa. Referimo-nos, em concreto, àqueles que designamos como assessores, outros vereadores e outros técnicos superiores das autarquias. Nem sempre as actividades culturais e desportivas dos concelhos são concebidas e implementadas pelas tutelas que, à partida, estão formalmente destacadas para tal. Desta forma, outras vereações exigiram-nos um olhar transversal. Também nem sempre concretizado, mas, na ordem das intenções de análise, previsto e conceptualizado, e, mais uma vez, posicionado como coordenada de leitura de primeira linha numa pesquisa posterior. Falamos de pelouros como o da juventude e de vereadores que, no enquadramento institucional específico da autarquia e num dado momento da actuação política camarária, protagonizaram ou ainda protagonizam dinâmicas culturais relevantes para o concelho. Por outro lado, foi nos gabinetes de apoio à presidência e a algumas vereações que encontramos a informação relevante e necessária sobre as intervenções públicas dos próprios autarcas.

De modo a cruzarmos perspectivas de actuação diferentes, pareceu-nos também pertinente auscultar os discursos de actores locais com um papel significativo na dinamização da realidade cultural e turística do concelho – aqueles que designamos como actores locais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento - e de actores que representam o poder político central ou que se organizam como agentes de desenvolvimento local e regional – actores regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento⁹. O levantamento e a selecção deste conjunto de actores exigiram algumas fases. Começámos por fazer uma pesquisa entre os *sites* oficiais das autarquias e as fontes documentais estatísticas e não estatísticas do INE e da Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN) a propósito dos eleitos locais da AMP entre 1976 e 2001. Alargámos o leque das

⁹ Veja-se a este propósito o mapa de entrevistas exploratórias feitas a alguns interlocutores privilegiados regionais e locais (Anexo 3B).

fontes - Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), Comissão Nacional de Eleições (CNE), Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) - e organizámos a informação relativa à identificação dos autarcas neste período e à caracterização da composição político-partidária dos executivos camarários¹⁰. Em simultâneo, iniciámos o processo de levantamento dos organogramas das autarquias entre 1976 e 2001 com o intuito de visualizar a configuração estrutural camarária e a distribuição dos pelouros objecto da nossa análise. A identificação dos autarcas, quer presidentes de câmara quer vereadores da cultura, dos mandatos mais recuados no tempo, ainda foi reconstituída recorrendo a testemunhos de interlocutores privilegiados e à consulta das actas das reuniões de câmara das autarquias. Nesta fase da investigação, os informantes privilegiados e o conhecimento que possuíamos das dinâmicas e dos actores de algumas autarquias foram dois elementos-chave para o avanço do trabalho¹¹. Porém, e pelas razões já enunciadas, não chegámos a operacionalizar tais entrevistas.

As entrevistas aos actores do poder local foram alvo de deambulações várias, entre os officios e os telefonemas e os efectivos contactos e consentimentos políticos¹², nalguns casos com conhecimento prévio do guião de entrevista. Seleccionámos actores do poder local como os presidentes de câmara e vereadores da cultura, do

¹⁰ Como a pesquisa empírica se estendeu para além dos limites temporais previstos pelo investigador, e de acordo com os tempos de resposta dos próprios actores políticos e sociais, foi possível confrontar, em momentos diferentes, 2003 e 2007, as mesmas fontes e cruzarmos a informação produzida pelas instâncias aqui referidas. Apercebemo-nos de certas descoincidências de dados e da falta de alguns resultados apurados, em concreto para os primeiros anos de exercício do poder local.

¹¹ Refira-se que, em determinadas fases do trabalho, os obstáculos de ordem política se sobrepuseram aos próprios objectivos da pesquisa: a título de exemplo, em Novembro de 2002, dos 9 concelhos da AMP, conseguimos iniciar a nossa pesquisa em mais de metade das autarquias: Espinho, Gondomar, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde. Porto e Vila Nova de Gaia mantinham-se à data ainda fora do nosso alcance, tudo indicava que por razões de ordem burocrática, e Maia, apesar de uma primeira recepção formal positiva, impediu-nos, durante um assinalável período e por questões políticas e burocráticas, o acesso à informação e aos técnicos camarários. Nos meses seguintes, e após várias tentativas, continuámos a ter dificuldades de acesso aos municípios da Maia, do Porto e de Vila Nova de Gaia, o que veio a reflectir-se no equilíbrio interno dos dados recolhidos. Quando algumas das câmaras reposicionaram a sua disponibilidade, confrontámo-nos com as dificuldades de conciliação entre os tempos da investigação empírica e os tempos das instituições políticas.

¹² Veja-se a este propósito, e a título de curiosidade, o Anexo 3C com exemplificações dos contactos estabelecidos com as câmaras municipais e outros actores sociais.

desporto e do turismo, do mandato político 2001-2005 e, como tal, em exercício de funções, mas, de igual modo, com representações políticas sobre o exercício do poder político local e o investimento simbólico nas áreas da cultura e do turismo municipais em momentos anteriores¹³. Quanto ao outro painel de actores previsto, pela consulta de diversos *sites* e pelo levantamento das associações culturais e de desenvolvimento dos concelhos e dos organismos ministeriais com assento regional, foi possível constituirmos listagens de actores que, não sendo exaustivas, corresponderam, de alguma forma, aos nossos objectivos mais gerais. E desde cedo verificámos que não só seria pouco operacional a cobertura exaustiva dos 9 concelhos em causa, como alguns contactos feitos com certos actores locais não tiveram retorno oficial e informal. As entrevistas realizadas acabaram por reflectir mais um investimento empírico nos actores de cariz regional, valorizando, e para algumas dimensões analíticas, os contactos informais e exploratórios com alguns interlocutores culturais locais de certos concelhos¹⁴.

Tabela 3.1

População-alvo: entrevistas previstas e realizadas por tipo de actores, 2002-2004

	Previstas	Realizadas
Presidentes de Câmara	9	5
Vereadores da Cultura	8	8
Vereadores do Desporto	5	4
Vereadores do Turismo	3	2
Assessores/outros vereadores/outros técnicos	3	1
Actores locais e regionais	20	11
Interlocutores privilegiados nas autarquias	20	20
Interlocutores privilegiados nas organizações locais e regionais	5	5
Total	73	56

Interessaram-nos, por isso, os discursos, as representações, os discursos sobre as práticas, os sentidos subjectivos, política e socialmente objectivados pelos actores sociais. Atendendo aos parâmetros da análise, a entrevista predisponha-se

¹³ Os Anexos 3D e 3E contêm, respectivamente, o mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos actores políticos em exercício de funções (2001-2005), e a identificação dos eleitos locais entrevistados.

¹⁴ Veja-se a este propósito o Anexo 3F com o mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento.

como a técnica de recolha por excelência para a exploração do nosso estudo de caso. A intensidade, a diversidade e a globalidade de informação que permite obter, pela centralidade nos discursos dos próprios actores e na subjectividade dos seus quadros de referência, tornam-na essencial na pesquisa qualitativa. Os níveis de estruturação que assume, e a situação social de interacção em torno dos papéis de entrevistador e entrevistado (Ghiglione; Matalon, 1993), configuram as suas potencialidades explicativas e de aprofundamento do objecto – *entrevistas semi-directivas* - como as possibilidades de dilatar e demarcar um universo de análise – *entrevistas exploratórias* ou, noutros termos, *entrevistas não estruturadas* (Burgess, 1997). No nosso *caso*, operacionalizámos umas e outras. E para a escolha dos actores sociais retivemos critérios de ordem política, jurídica, organizacional, cultural e temporal, como constam das tabelas 3.2 e 3.3.

Os guiões de entrevista aos actores do poder local reuniram, para além das dimensões teóricas comuns, dimensões específicas consoante a função e o estatuto políticos dos eleitos locais (fossem eles os presidentes de câmara, os vereadores ou os assessores/outros vereadores/outros técnicos superiores do poder autárquico)¹⁵. Adoptámos um guião de entrevista não muito estruturado do ponto de vista do grau de directividade e com duas grandes dimensões analíticas. Por um lado, a caracterização do percurso destes actores sociais do ponto de vista socioeconómico, político, individual e cultural. E, por outro, a sua caracterização como actores políticos, no campo particular da cultura e do turismo locais. Por uma ou outra via, foi nossa intenção explorar representações e valores políticos e sociais, avaliar projectos e práticas políticas, projectar aspirações de ordem política e cultural, configurar modelos de desenvolvimento para os concelhos e retratar políticas culturais e turísticas. Concebemos um guião que procurou perspectivar os actores políticos, antes de mais, como actores sociais directamente envolvidos na causa pública.

¹⁵ Os Anexos 3G a 3J reúnem os guiões de entrevista aos eleitos locais.

Tabela 3.2
Critérios de escolha dos eleitos locais entrevistados

	Critério político	Critério organizacional	Critério cultural	Critério temporal
Presidentes de câmara, vereadores da cultura, do desporto e do turismo em exercício de funções		Mandato político com a atribuição da presidência e das respectivas vereações.		Mandato político em curso (2001-2005).
Presidentes de câmara de mandatos anteriores	Partido/coligação político-partidária do eleito local.	Mandato político com a atribuição de uma vereação à cultura.	Mandato político correspondente a um período de significativa actividade cultural (quantidade e qualidade das iniciativas camarárias).	Mandato político relativo a uma das décadas (80 ou 90).
	Partido/coligação político-partidária do eleito local.	Mandato político da primeira vereação em cultura.		
Vereadores da cultura de mandatos anteriores		Actores com um papel de concepção e operacional significativo e/ou tidos como interlocutores privilegiados na área cultural (assessores da presidência e dos vereadores da cultura e técnicos responsáveis por departamentos/divisões/gabinetes).		Mandato político relativo a uma das décadas (80 ou 90) e mandato político em curso (2001-2005).
Assessores, outros vereadores e outros técnicos superiores	Outras vereações que num mandato político anterior ou no mandato actual têm um papel relevante em actividades de índole cultural.			

Tabela 3.3
Critérios de escolha dos actores locais e regionais entrevistados

	Estatuto jurídico^{a)}	Actividade(s)	Implantação local
Actores locais	Associações culturais, desportivas e/ou recreativas; associações de desenvolvimento; empresas municipais.	Actividades do foro cultural, desportivo e turístico e ligação a um ou mais eventos culturais locais de projecção regional, nacional e internacional.	Implantadas no meio local, com actividade(s) relacionadas com o meio local.
Actores regionais	Delegações de organismos da administração central, organismos da administração local, associações empresariais...	Actividades de concepção, planeamento, operacionalização e avaliação de projectos culturais e turísticos; actividades de financiamento, actividades de intervenção no meio local; actividades de reflexão e de investigação-acção.	

^{a)} A definir o estatuto jurídico após a consulta dos Estatutos respectivos.

As primeiras entrevistas realizadas aos eleitos locais, nomeadamente aos vereadores da cultura e do turismo, permitiram-nos testar o guião e verificar os efeitos daí decorrentes para a própria pesquisa. Foram um exercício de validação da maior ou menor exaustividade das dimensões e dos indicadores nele privilegiados. Assumiu-se um carácter aberto no guião: a não validação prévia mas também a simultaneidade do trabalho de recolha e tratamento das fontes documentais, que não nos permitiu o confronto exaustivo e imediato entre as informações a partir delas construídas e os discursos dos próprios actores políticos sobre estas matérias, poderiam ter fragilizado a leitura das realidades culturais concelhias. Porém, outra alternativa não nos pareceu ser possível pois a dinâmica da própria pesquisa processou-se nestes moldes: equilibrando, umas vezes, o desfasamento temporal; outras vezes, a coincidência temporal entre o levantamento e o tratamento das fontes documentais e a realização das entrevistas aos actores locais.

Num outro sentido, as entrevistas aos presidentes de câmara nortearam-se pelos mesmos critérios de semi-estruturação dos guiões temáticos. Obedeceram, porém, a outros condicionalismos, de ordem política e burocrática, que não só não nos permitiram a realização formal da situação de entrevista, como, principalmente, o confronto com os discursos e as práticas políticas dos responsáveis máximos pelo órgão executivo. Mesmo com os informantes privilegiados, que nalgumas autarquias viabilizaram, mais fácil e rapidamente, o acesso à presidência municipal e à própria figura do presidente, e com os esforços burocráticos vários para a marcação de audiência e de entrevista, 4 das 9 câmaras não nos permitiram a realização da entrevista ao responsável executivo pela edilidade. De igual forma, os registos de observação das situações de entrevista aos presidentes¹⁶ permitiram-nos constatar a efectiva disponibilidade e proximidade de alguns autarcas para a apresentação dos seus projectos e do historial do trajecto político dos seus mandatos. Situações de entrevista marcadas pela assimetria social do

¹⁶ Nos Anexos 3K e 3L confrontamo-nos com as *observações impressionistas* do investigador a propósito da situação de entrevista criada entre si e os presidentes de câmara. Registamos as representações ideológicas do próprio investigador e exercitamos um *metadiscorso* em torno das condições sociais do processo de inquirição.

posicionamento dos actores, por relativos distanciamentos simbólicos entre os lados da produção de *um discurso sobre a prática* (o campo político *versus* o campo social e científico) e por estratégias de algum, porque não legítimo, *marketing* político, tanto na avaliação interna do concelho e da autarquia, como na comparação e projecção das práticas intermunicipais e metropolitana. Não deixou de ser relevante verificar que as entrevistas aos vereadores e aos assessores, como também aos actores locais e regionais¹⁷, se revelaram mais exequíveis, temporal e politicamente. E no caso das primeiras, exercícios que, de certa forma, nos permitiram visualizar a relativa delegação de funções e de discursos políticos sobre as questões particulares em análise. Reiteremos, então, o percurso, por vezes linear, outras vezes sinuoso, em que transparecem as condicionantes sociais várias que um trabalho de objectivação do real social não deslinda. Foi difícil, quando não impossível, acercarmo-nos dos actores políticos e das bases de dados municipais, ou das parcas informações, institucionalmente organizadas, sobre o cenário cultural e turístico local e metropolitano.

Pelo acima descrito, não podemos escamotear que, ao longo deste processo, problemas vários surgiram, ora de ordem burocrática, ora de ordem estritamente política. Durante períodos mais ou menos longos, não conseguimos obter uma resposta formal (por telefone ou por ofício) aos vários pedidos de audiência junto da presidência e das vereações da cultura, do desporto e do turismo de algumas das câmaras¹⁸. Os atrasos tidos com as marcações das audiências de apresentação, o desbloquear dos processos e as agendas dos actores políticos foram contingências que, mesmo por nós previstas, adquiriram, em alguns casos, proporções que

¹⁷ As observações da situação de entrevista aos vereadores da cultura, do desporto e do turismo estão disponíveis nos Anexos 3M a 3R. Nos Anexos 3S a 3U encontram-se o guião de entrevista e os registos de observação das entrevistas aos actores locais e regionais.

¹⁸ Não podemos deixar de referir a diferenciada disponibilidade dos actores políticos e dos técnicos camarários para a participação no processo de investigação, tanto pela procura conjunta de informação como pelo desbloqueamento de constrangimentos institucionais e burocráticos. Houve câmaras mais solícitas e disponíveis para um trabalho deste tipo, mesmo perante os condicionalismos político-partidários das câmaras no momento da recolha e as conjunturas políticas e culturais mais globais, tanto do país como da região e do espaço metropolitano (o período de mudança política nas câmaras da AMP, o pós Porto Capital Europeia da Cultura 2001 e as contenções orçamentais locais, nomeadamente nos sectores de menor investimento público como os da cultura e do lazer).

dificilmente conseguimos controlar ou, logo de imediato, ultrapassar. E, nalguns outros casos, vieram mesmo a impossibilitar a pesquisa empírica tal como a havíamos previsto. Tais factores, associados ao desinteresse político nas questões em análise, à representação simbólica dos actores políticos de que a pesquisa era um exercício de avaliação externa e a uma falta de enquadramento metropolitano e municipal das questões em análise por aqueles actores, tornaram a pesquisa empírica difícil, e pouco possível, nalgumas autarquias. Estas dimensões tão só traduzem as condicionantes sociais da produção científica, perspectivadas a partir de um dos pêndulos da relação social aqui estabelecida. Fazer sociologia em contextos organizacionais políticos e partidários, como aqueles que tivemos a oportunidade de vivenciar, tornou-se um exercício de negociação constante entre as variáveis analíticas e as variáveis ideológicas e sociais dos actores envolvidos, inclusive do próprio investigador. A este painel acresce o outro pêndulo da relação aqui estabelecida, e que mais adiante teremos oportunidade de ponderar: o investigador e as opções analíticas que, face aos contextos efectivos da investigação, acabou por adoptar na fase de tratamento e análise dos resultados.

Terceiro andamento: o campo de possíveis de outros instrumentos operatórios – a análise de fontes documentais e a observação

O posicionamento central da entrevista sugere, com a mesma ordem de legitimidade analítica, e numa pesquisa qualitativa como a nossa, os usos descritivos e reflexivos das fontes documentais sobre a AMP e os concelhos que a integram. A análise de fontes documentais foi um outro instrumento fulcral, ainda que a diversidade, a inconsistência e a ausência de informações e de fontes constituíssem, em diversos momentos da pesquisa empírica, um obstáculo ao levantamento e à análise consistente e comparativa dos concelhos nas dimensões privilegiadas. Entendida como um outro *ingrediente metodológico* (Valles, 1999) da investigação sociológica, cuja diversidade possível de *materiais documentais* lhe

confere um estatuto não despidendo nas inferências interpretativas, nem sempre usufrui, e particularmente fora dos limites da pesquisa comparativa ou da investigação intensiva, do mesmo enquadramento, e porque não legitimidade, de outras técnicas mais robustas da sociologia – o inquérito por questionário e a entrevista. No quadro daquelas estratégias de investigação assume-se a pluralidade dos *documentos* susceptíveis de um exercício de objectivação, como se reconhece a riqueza dos *traços documentais*, que, quando triangulados com outras técnicas e com outros dados, tornam a indagação sociológica peculiar e reconstrutora. Reconstrutora porque recompõe, por outras vias mas à semelhança das ditas técnicas mais robustas, representações em segundo grau dos discursos e práticas dos actores sociais, das regularidades estatísticas e factuais de certos eventos ou da historicidade local de um território. Acolhemos nesta pesquisa uma pluralidade de fontes¹⁹, para além das convencionalmente designadas fontes estatísticas²⁰, e procurámos esgotá-las dentro das possibilidades intrínsecas e contextuais da análise documental.

Em primeiro lugar, e para além do levantamento das fontes estatísticas que nos permitiram fazer o breve retrato da AMP do ponto de vista sócio-demográfico, o levantamento da rede de equipamentos culturais e desportivos dos concelhos da AMP foi uma das primeiras dimensões teóricas no trabalho de campo, através da análise de fontes documentais diversas. Foi nossa intenção integrá-la num conjunto de dados mais vasto sobre a AMP: o da caracterização sócio-demográfica da região e

¹⁹ São várias as tipologias disponíveis para classificar a diversidade de documentos (Valles, 1999; Burgess, 1997). No contexto da nossa pesquisa, assumimos os documentos escritos (critério suporte físico), os documentos estatísticos/quantitativos e não estatísticos/qualitativos (critério nível de análise), e os documentos públicos/de organismos oficiais e não públicos/organismos privados e outros (critério proveniência institucional). Sem deixar de ter aqui em conta que os dados que suportam esta pesquisa tanto são dados primários (construídos pelo próprio investigador a partir dos instrumentos operatórios que escolheu) como dados secundários (as informações recolhidas e construídas por instituições oficiais e não oficiais, sem fins de investigação sociológica), tipificámos as fontes documentais primárias e secundárias, atendendo ao grau de importância e de prioridade temporal no contexto da própria pesquisa empírica. Não conseguimos, porém, esgotá-las, na totalidade das dimensões previstas, e para todos os concelhos da AMP. Veja-se a este propósito o Anexo 3V.

²⁰ Fontes estatísticas, também elas relevantes e cruciais, no quadro de uma pesquisa triangulada, para um enquadramento quantitativo de algumas dimensões de caracterização mais global, como as questões sócio-demográficas dos concelhos da AMP.

o da caracterização da capacidade infraestrutural da oferta cultural e desportiva dos concelhos e do espaço metropolitano como um todo. Subjaz a tal intenção o pressuposto de que uma política cultural local, na sua acepção mais lata, perspectiva a dotação do concelho em infra-estruturas culturais e desportivas necessárias à dinamização da oferta e da procura locais. Sem esquecermos que o período da análise das políticas culturais tenta situar-se entre 1980 e 2001, mesmo que estes marcos temporais nem sempre se mantenham com os mesmos limites, é de todo pertinente dimensionarmos de que modo a rede local de equipamentos foi evoluindo nos diferentes concelhos, nesse intervalo de tempo, tanto ao nível das políticas culturais como ao das práticas dos poderes políticos instituídos.

Começámos por fazer uma pesquisa bibliográfica orientada para a recolha de informações sobre levantamentos sistematizados da rede de equipamentos culturais e desportivos da AMP, tipologias de equipamentos, unidade territorial privilegiada (concelho e/ou freguesia) e metodologias de recolha e tratamento utilizadas. Em simultâneo, fizemos uma pesquisa dos *sites* disponíveis sobre esta área temática, nomeadamente os das instituições políticas e sociais, ministeriais e autárquicas, que mais directamente nos poderiam facultar dados ou tão só pistas sobre esta matéria.

Interessava-nos, desde logo, reter informações sobre a rede de equipamentos culturais e desportivos quanto ao seu número total por concelho e por freguesia do concelho; à sua descrição por concelho e freguesia e ao ano mais próximo de 2002. Para além destas, aspirámos igualmente a uma análise diacrónica da rede de equipamentos da AMP e a um enquadramento mais macro, contemporizando a própria realidade da União Europeia. As informações encontradas não foram nem muitas nem satisfatórias. Deparámo-nos quer com a inexistência de dados estatísticos, quer com a dispersão e desactualização dos já disponíveis e a não uniformidade das tipologias de equipamentos, qualquer um deles pouco viabilizador das nossas intenções analíticas. Recolhemos fontes junto da CCRN, do INE e de organismos ministeriais e autárquicos. O trabalho realizado pela CCRN em 1999 (Portugal, 1999b) constituiu, no momento da pesquisa empírica, não só o único

como também o levantamento mais actualizado (1999) e mais completo (dados para o concelho e freguesia) sobre o território objecto da análise. Para além deste, e da autoria da mesma CCRN, localizámos um trabalho de 1991 (Portugal, 1991) que, numa abordagem mais sucinta e com um nível de análise mais amplo (a Região Norte), apresentava, já na altura, dados significativos quanto à realidade dos concelhos da AMP. Outras fontes foram consultadas; porém, os dados daí retirados revelaram-se pouco operacionais pois subjacentes a eles estavam concepções tipológicas diferentes e objectivos de análise específicos. Enquadravam-se em levantamentos estatísticos periódicos, é certo, mas com objectos de análise que não os nossos. De qualquer modo, houve dados que foram retirados e integrados em novas modalidades de leitura. Contudo, e tomando como instrumento de aferição o nosso próprio conhecimento empírico das realidades em estudo, desde cedo nos apercebemos que aquela que considerámos ser a fonte definitiva mais não seria do que um ponto de partida para tentarmos reconstruir leituras mais próximas do nosso objecto. Nesse sentido, e num segundo momento, fizemos um pedido de informação directo aos pelouros da cultura e do desporto das autarquias da AMP. Foi nossa proposta que corrigissem e/ou actualizassem, a partir da informação entretanto coligida e disponibilizada junto dos técnicos dos gabinetes das tutelas ou de interlocutores autárquicos privilegiados, os levantamentos feitos até Julho de 1999. Tivemos o cuidado de confrontá-los com as tipologias usadas pelos técnicos da CCRN e os critérios definidos para a inclusão/exclusão de certos equipamentos²¹. Acrescentámos a este exercício, o levantamento dos equipamentos turísticos dos concelhos da AMP, com base nos trabalhos do INE, de forma a perspectivarmos as potencialidades turísticas do território metropolitano.

Ao longo das duas fases da recolha de informação, problemas vários surgiram. Uns de carácter conceptual, outros de carácter metodológico e operacional: a insuficiência e/ou inexistência de fontes com informações

²¹ Entretanto, solicitámos à presidência da CCRN a autorização para discutir com a equipa responsável pelo estudo algumas dimensões conceptuais e metodológicas, de forma a aferir, o melhor possível, a informação a recolher de 1999 em diante, mas o pedido não foi satisfeito. Nos Anexos 4BB, 4CB, 4DB e 4EB estão disponíveis as grelhas utilizadas nos levantamentos referidos.

desagregadas ao nível do concelho e da freguesia; a não uniformidade dos critérios de classificação encontrados nas fontes estatísticas utilizadas e a disparidade dos critérios utilizados para a construção das tipologias; a disparidade dos dados recolhidos em diferentes anos, sem a periodicidade desejada, não permitindo ou dificultando uma análise diacrónica fiável e metodologicamente correcta e a não localização de dados sobre a realidade europeia. A dado momento tornou-se, de certa forma, incomportável, logística e temporalmente, o alargamento da escala de observação e, como tal, reposicionámos o lugar desta variável de análise.

Em segundo lugar, o levantamento dos organogramas das autarquias, de modo a contextualizarmos o posicionamento formal dos pelouros da cultura, do desporto e do turismo no figurino institucional do poder local e a visualizar a evolução dos serviços camarários. Com este olhar diacrónico²² sobre o modo como as câmaras foram adequando a sua estrutura de funcionamento às exigências da realidade social do concelho, confrontámo-nos com os esforços de racionalização das estruturas de poder (numa tentativa de resolução dos diversos problemas e de implementação das políticas de desenvolvimento) e com o papel, o posicionamento, as funções e os quadros de pessoal das áreas de intervenção das autarquias directamente ligadas à cultura. Nesse sentido, iniciámos a recolha dos decretos-lei saídos em Diário da República (DR) com os respectivos regulamentos da macroestrutura organizacional autárquica, contemplando a estrutura funcional do município, os organogramas e os quadros de pessoal, nas suas diversas alterações e reformulações subsequentes. Privilegiámos também a pesquisa nos próprios arquivos municipais, consultando as actas das reuniões de câmara e, sempre que necessário, as actas da assembleia municipal, fazendo buscas nos *sites* das autarquias e do DR, ou solicitando a informação directamente aos serviços municipais de cada um dos concelhos. Não foi um processo isento de dificuldades. Dificuldade em situar tal informação nas fontes jurídicas e desorientação ou

²² Privilegiámos aqui o período entre 1976 e 2001 pois só configurando o exercício do poder local desde o pós 25 de Abril de 1974 é que a análise das macroestruturas autárquicas se revelaria mais adequada ao objecto de análise. Não conseguimos, contudo, e dadas as circunstâncias da investigação empírica, analisar, com a mesma exaustividade, todas as macroestruturas das câmaras dos 9 concelhos.

desconhecimento dos serviços municipais quanto à sua existência e localização nas mais diversas versões. Por outro lado, entre 1976 e os primeiros anos de 1980, não se regista qualquer tipo de informação jurídica sobre os serviços e quadros de pessoal das autarquias. São as próprias autarquias a confirmarem não possuírem qualquer tipo de legislação sobre esta temática. Dificuldade em registar, com idêntica exaustividade, todas as situações organizacionais das 9 câmaras da AMP. Face a estes constrangimentos, adoptámos tais fontes como suporte empírico de um cruzamento, não totalmente exaustivo, e de segundo grau, com os discursos recolhidos junto dos eleitos locais.

Para além desta legislação, outra houve que se manifestou necessária para contextualizar o poder local e as diversas dimensões de actuação: legislação sobre o financiamento das autarquias, as competências das áreas metropolitanas e das autarquias, as zonas de concessão de jogo (no caso particular de concelhos como Espinho e Póvoa de Varzim)²³, as empresas municipais e as normalizações subjacentes à apresentação dos planos de actividades, dos orçamentos municipais e das contas da gerência anuais. À medida que avançávamos com a recolha de um conjunto de informações alusivas à actividade camarária do ponto de vista cultural, tendo sempre como referência temporal desejável 1980-2001, debatíamo-nos com a necessidade de cruzar tais elementos com os de ordem estritamente jurídica. Daí termos feito recolha da principal legislação sobre a administração local, nas suas versões em vigor, e dos princípios constitucionais directamente relacionados com o poder local e com as questões da cultura e do desenvolvimento. Relativamente a

²³ Espinho e Póvoa de Varzim são os concelhos da AMP que, ao abrigo do decreto-lei n.º 274/88 de 3 de Agosto, rectificado pelo decreto-lei n.º 41/95 de 21 de Fevereiro, têm adjudicadas concessões para exploração de jogos de fortuna ou azar. Os vários enquadramentos jurídicos que a exploração de jogos de fortuna ou de azar, em regime de concessão de exclusivo em determinadas localidades qualificadas como zonas de jogo a praticar em casinos, tem tido entre 1969 e 2001 reflectem a adequação do quadro normativo às mudanças da realidade social portuguesa. Uma das preocupações que os diplomas têm reflectido é a dos usos das verbas resultantes da exploração do jogo no sentido da valorização e da promoção da oferta turística nacional, regional e local. As contrapartidas, iniciais e anuais, pagas pelas concessionárias das zonas de jogo ao Estado português permitem assegurar o financiamento de infra-estruturas e de projectos turísticos, a concretização de uma intervenção regular na área da animação turística e cultural e a realização de eventos e acções de promoção turística. Do mesmo modo, os municípios abrangidos pela localização dos casinos podem ser alvo de dotações financeiras para os seus projectos de animação e promoção turísticas (portaria n.º 384/2002 de 10 de Abril).

estas matérias tivemos o cuidado de perspectivá-las, mais uma vez, a partir de um ponto de vista diacrónico, o que implica atendermos às revisões constitucionais das principais leis da sociedade portuguesa e ao *status quo* legislativo à data da Revolução de 1974. Por outro lado, a própria análise histórica do poder local em Portugal, feita por áreas disciplinares adjacentes à própria sociologia, suscitou-nos a devida atenção sempre que se nos tornava necessário o cruzamento de olhares teóricos.

Sobre as políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP, e para a análise do nosso objecto de estudo, todos os elementos recolhidos e tratados foram imprescindíveis. No entanto, foi com a recolha de informações muito específicas em fontes documentais disponibilizadas pelas próprias autarquias que clarificámos os contornos do nosso objecto de análise. Havíamos-nos proposto a fazer um levantamento entre 1980 e 2001, ao longo de 20 anos de exercício do poder local nestes concelhos, dos modos como a cultura e o turismo tinham sido politicamente perspectivados pelos autarcas e quais tinham sido as estratégias de acção política nestes sectores, com vista a uma política mais global de desenvolvimento destes concelhos. Nem sempre nos foi possível dimensionar tal propósito a montante e a jusante desse marco temporal diacrónico. Algumas fontes documentais de carácter descritivo e contabilístico foram os nossos pontos de partida. Falámos, por um lado, dos planos de actividades e dos orçamentos municipais e, por outro, dos relatórios de actividades e das contas da gerência apresentadas anualmente ao Tribunal de Contas. Quer um quer outro permitem-nos identificar as previsões das autarquias em termos de dinamização cultural e turística e as actividades realmente concretizadas; os montantes previstos e gastos anualmente pelas autarquias nos diversos departamentos; e os saldos de conta dos anos imediatamente anteriores. A partir dos finais da década de 80, e em virtude da informatização dos serviços municipais e da reestruturação dos quadros de pessoal, confrontámo-nos com uma análise simultaneamente estática e dinâmica das contas municipais. Os problemas, inevitavelmente, surgiram: dificuldades na localização dos planos e dos relatórios

de actividades entre 1980 e 1986, se bem que haja variações significativas consoante as autarquias; dificuldades na leitura de alguns indicadores contabilísticos: as contas da gerência têm indicadores agregados que não nos permitem leituras muito desagregadas dos gastos particulares em determinado tipo de actividades (nomeadamente culturais) por comparação com as despesas previstas nos planos de actividades; necessidade de recolher informações (descritivas e contabilísticas) sobre os anos imediatamente anteriores (1976-1979); dificuldades na selecção dos indicadores contabilísticos mais pertinentes para a nossa análise global; e dificuldades na selecção dos casos municipais mais significativos, atendendo à não exaustividade da recolha documental por concelho. Quando nos confrontámos com a análise empírica propriamente dita das fontes, adoptámo-las como referencial empírico não totalmente exaustivo e, mais uma vez, suporte de um esforço limitado de triangulação analítica.

Para além destas fontes, pareceu-nos também útil fazer uma análise dos programas políticos das autarquias entre 1980 e 2001²⁴. Tanto os relativos às campanhas político-partidárias em cada um dos mandatos locais, como os que, na sua qualidade de documentos sistematizados sobre as estratégias globais de actuação política, conseguimos localizar nos próprios serviços de apoio à presidência e/ou à vereação da cultura e do turismo. Pretendíamos assim delinear as principais linhas de actuação política previstas para o concelho quanto ao desenvolvimento, à cultura e ao turismo. Retivemos, apenas, é certo, os programas políticos das listas partidárias ganhadoras dos respectivos mandatos. Não foi fácil, imediata e, na maioria dos casos, possível a localização de tais documentos. Nas próprias câmaras raramente existem programas estratégicos de actuação nas áreas que nos interessam. Quanto aos programas políticos das campanhas, e porque as próprias autarquias não possuem outros a não ser os das últimas eleições

²⁴ Foram contactadas as sedes dos partidos com presença política vencedora/maioritária na AMP, inclusive as sedes nacionais, mas sem resultados visíveis. Os documentos em causa não estavam disponíveis e/ou não existiam. Contactámos, igualmente, o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra mas sem sucesso. Foram poucos e dispersos os programas políticos das listas ganhadoras nas eleições autárquicas que conseguimos recolher.

autárquicas, solicitámo-los junto das sedes de partido dos diferentes concelhos e das bibliotecas municipais. Em contrapartida, algumas outras informações pertinentes foram localizadas junto de *dossiers* entregues à imprensa local, regional ou nacional (também eles uma das fontes por nós procuradas e solicitadas nos serviços camarários) como, por exemplo, as concepções de desenvolvimento para o concelho e as políticas culturais e de turismo locais. Contudo, nem sempre foi possível fazê-lo, e com a mesma intensidade analítica, em todas as câmaras.

Um quarto tipo de fontes mereceu a nossa atenção numa primeira fase: a imprensa local, regional e nacional. Foi nossa intenção fazer o levantamento das referências aos municípios da AMP ou à AMP como um todo a propósito do nosso objecto de análise. Elaborou-se, a dado momento, o levantamento dos títulos de imprensa existentes nos concelhos entre 1980 e 2001. Na tentativa de confrontar a informação, solicitámos também aos gabinetes de imprensa e de relações públicas das autarquias a consulta das suas resenhas de imprensa, coligindo títulos, períodos e critérios de selecção das notícias. Mas a tarefa revelou-se incomportável, dadas as condições disponíveis²⁵ e, neste momento, configura-se como uma outra dimensão a explorar num outro contexto de investigação.

Face ao exposto, procurámos reunir, dentro do possível, e segundo ritmos de recepção e recolha da informação diferenciados (em parte devido às próprias dinâmicas organizacionais e à disponibilidade da informação pelas autarquias), documentos díspares que contivessem informações estatísticas e não estatísticas sobre a actividade cultural, desportiva e turística dos concelhos entre 1980 e 2001. Estes materiais consubstanciaram uma leitura transversal e complementar das políticas culturais e turísticas dos concelhos e permitiram fundamentar, ainda que

²⁵ Disparidade e raridade de informações provindas das autarquias, atrasos nas respostas dos organismos contactados e disponibilidade temporal. A dado momento ainda tipificámos os critérios de escolha das notícias e da imprensa e seleccionámos os títulos e as notícias, assumindo, por uma economia de tempo e de esforço, os critérios, os títulos de imprensa e as notícias das autarquias e, caso se justificasse do ponto de vista metodológico, as resenhas de imprensa para os períodos que não constassem dos levantamentos camarários entretanto realizados.

paulatinamente, e em tempos desfasados dos da realização das entrevistas aos eleitos locais, as linhas de actuação política.

As agendas culturais e os vários folhetos sobre as actividades culturais, desportivas e turísticas dos concelhos seriam o culminar deste vasto processo de recolha. Pelo confronto que tivemos com a realidade de cada concelho, afigurou-se-nos pouco viável concretizar um levantamento exaustivo da programação cultural municipal entre as datas aqui referidas. Alguns factores o justificaram: a vastidão do cenário cultural, nem sempre registado pelos serviços culturais autárquicos; o aparecimento tardio das agendas culturais (década de 90), nem sempre com a mesma periodicidade e regularidade de divulgação/circulação; as actividades de cariz recreativo das próprias associações de bairro e a panóplia de manifestações culturais realizadas nas freguesias do concelho nem sempre alvo de um registo sistemático; a dispersão das informações por diversas fontes documentais, nem sempre de imediata resolução. Pareceu-nos fazer mais sentido, do ponto de vista metodológico, o confronto com estas fontes com o intuito de aferir as leituras parcelares e transversais que íamos realizando em torno de diversas fontes sobre um mesmo objecto de análise do que a intenção, por mais válida e aliciante, de desenhar, na sua totalidade, o cenário cultural de 20 anos das câmaras objecto de observação.

Os registos de observação de eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP foram uma intenção inicial. Os concelhos da AMP apresentam anualmente eventos de cariz cultural e desportivo que, para além da sua estrita natureza, poderão contribuir, a médio e a longo prazos, para a criação/consolidação ou a redefinição/inversão das modalidades do turismo local, se não de todos, pelo menos de alguns destes concelhos, sobretudo os da orla litoral. Operacionalizar registos de observação em torno de um conjunto previamente escolhido de eventos, e segundo determinadas dimensões analíticas, configurou-se como uma outra das nossas opções pois, quando cruzada com as principais abordagens metodológicas da pesquisa, permitiu-nos aferir componentes dos comportamentos dos actores sociais

e dos próprios objectos culturais e desportivos que, nas leituras entretanto sistematizadas em torno do objecto de análise, ocuparam um lugar devidamente necessário. Nestes registos, foi intenção inicial ter como centros de interesse tanto os públicos nas suas dinâmicas relacionais com os outros, com o objecto cultural e com os espaços, como a natureza dos objectos culturais e as estruturas de concepção, apoio e realização dos eventos²⁶. Contudo, num certo momento da investigação, e porque as dimensões da observação exigiriam um estar no terreno mais presente e sistemático, optou-se por realizar registos de observação de alguns eventos e para alguns concelhos, aferindo conhecimentos exploratórios que tínhamos, antes de mais como consumidores culturais, da própria realidade cultural concelhia. A observação destes eventos, num misto de *análise sociológica* e *fruição cultural* por parte do investigador, permitiu-nos reorganizar informações empíricas e reenquadrar parâmetros interpretativos. Mas os usos da observação que fizemos foram ainda de outra ordem. Mais exploratórios, de delimitação de unidades de análise, de inferências várias nas situações de entrevista e nos momentos de interlocução com os diversos actores do quadro social e político. A observação directa, e noutros contextos, a observação participante, acompanharam-nos nos percursos da pesquisa, potenciando a familiaridade com o real concelhio, com o quotidiano dos serviços das autarquias e das organizações envolvidas no projecto, e, antes de mais, com os actores políticos e sociais. Como instrumento de pesquisa qualitativa, a observação surge como um *outro ingrediente da investigação sociológica* (Valles, 1999), acto de registo com propósitos deliberados e que testemunha dimensões fragmentadas e socialmente visíveis dos comportamentos e quotidianos sociais (Peretz, 2000). O espaço metropolitano e os actores sociais entrevistados, os

²⁶ Nos Anexos 3W a 3Y encontram-se disponíveis os critérios de escolha dos eventos, a matriz de categorias de observação inicialmente prevista para os registos de observação dos eventos culturais e desportivos, e a matriz de notas de campo. Não chegámos a delimitar os respectivos eventos, se bem que um conhecimento prévio da realidade cultural de cada concelho nos levasse a prefigurar um total de 2 por concelho, com uma preferência significativa pelos de cariz cultural, e que fossem alvo, na sua concepção, participação e/ou colaboração, de uma intervenção dos respectivos pelouros camarários. Parece-nos ser uma outra dimensão substantiva e metodológica a explorar num outro contexto de investigação.

contextos culturais presenciados e a fase exploratória da pesquisa, traduziram usos diferenciados do *observar*, aqui entendido no sentido mais restrito do termo. Ora com apontamentos exploratórios, não estruturados, que se reposicionaram, com o tempo, como testemunho vivenciado dos contextos e do processo social e analítico da pesquisa, ora com categorias orientadoras dos *sentidos observacionais*, reconstruindo notas de campo a propósito dos discursos e práticas dos actores e das interpretações decorrentes dos usos dos outros procedimentos técnicos. Para além do sentido restrito, fica-nos o sentido lato do *observar*: aquele que configura a natureza da própria investigação sociológica. A de um olhar científico circular nos pontos de referência das fronteiras cognitivas.